

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAROLINI NASCIMENTO DA SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: INCLUSÃO PÓS
PANDEMIA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

LIMA DUARTE

2023

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAROLINI NASCIMENTO DA SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: INCLUSÃO PÓS
PANDEMIA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da faculdade Unidoctum de Teófilo Otoni, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Serviço Social.

Orientado pela Prof(a).: Lorena Grilli

LIMA DUARTE

2023

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: INCLUSÃO PÓS PANDEMIA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Carolini Nascimento da Silva¹

Lorena da Silva Grilli² – Rede de Ensino Doctum

RESUMO

Este artigo científico explora o tema "A Trabalho do Assistente Social na Saúde Mental: Inclusão Pós-Pandemia no Centro de Atenção Psicossocial". O objetivo principal é realizar uma análise das transformações provocadas pela pandemia, com especial ênfase na atuação do Assistente Social nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A metodologia empregada envolveu revisões bibliográficas, abrangendo a análise de conteúdos provenientes de diversas fontes, como sites, artigos, livros, periódicos científicos e legislações pertinentes. Por meio dessa abordagem, o artigo busca fornecer uma compreensão mais aprofundada das mudanças ocorridas no cenário da saúde mental durante o contexto pandêmico. O embasamento teórico e prático obtido por meio do estágio supervisionado fornece subsídios valiosos para analisar de maneira crítica e reflexiva as demandas emergentes nesse campo.

Palavras-chave: Serviço Social, Inclusão, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

ABSTRACT

This scientific article explores the topic "The Work of Social Workers in Mental Health: Post-Pandemic Inclusion in the Psychosocial Care Center". The main objective is to carry out an analysis of the transformations caused by the pandemic, with special emphasis on the role of Social Workers in Psychosocial Care Centers (CAPS). The methodology used involved bibliographic reviews, covering the analysis of content from various sources, such as websites, articles, books, scientific journals and relevant legislation. Through this approach, the article seeks to provide a more in-depth understanding of the changes that have occurred in the mental health scenario during the pandemic context. The theoretical and practical foundation obtained through the supervised internship provides valuable support for critically and reflectively analyzing the emerging demands in this field.

¹ -Serviço Social– e-mail: carol19982014@gmail.com

² -Lorena Grilli, Especialista em Serviço Social – e-mail: prof.lorena.grilli@doctum.edu.br

Keywords: Social Service, Inclusion, Psychosocial Care Center (CAPS).

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental emergiu como uma preocupação premente em meio à pandemia global, desencadeada pela disseminação do coronavírus. As implicações psicossociais desse cenário excepcional trouxeram à tona a necessidade crítica de compreender e adaptar as práticas profissionais, particularmente no contexto do trabalho do assistente social. Este estudo busca explorar, por meio de uma abordagem qualitativa, o papel do assistente social na saúde mental e sua contribuição para a promoção da inclusão no ambiente do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no período pós-pandêmico.

O contexto pandêmico alterou significativamente as dinâmicas sociais e a saúde mental da população. O isolamento social, o medo da doença e as incertezas econômicas exacerbaram desafios já existentes, intensificando a demanda por serviços de saúde mental. Dentro desse panorama, o assistente social se encontra na linha de frente, desempenhando um papel crucial na mediação entre as necessidades dos usuários e as estratégias de intervenção. A escolha de investigar o trabalho do assistente social na saúde mental, com ênfase na inclusão pós-pandemia no CAPS, justifica-se pela necessidade de compreender como as transformações socioeconômicas e os desafios psicossociais afetam as práticas profissionais. A inclusão, como princípio norteador, assume um papel fundamental na promoção de ambientes terapêuticos e acolhedores, influenciando diretamente o bem-estar dos usuários, o Assistente Social, é caracterizado como um profissional da área da saúde, conforme a Resolução do CFESS nº383/99.

Este estudo adota objetivos exploratórios, buscando desvelar nuances e dinâmicas do trabalho do assistente social na saúde mental após a pandemia. Pretendemos identificar as mudanças nas demandas dos usuários, explorar as estratégias adotadas pelos profissionais para promover a inclusão e analisar as experiências de casos específicos no CAPS. A abordagem qualitativa permitirá uma compreensão aprofundada desses fenômenos, destacando a complexidade. A pesquisa contribuirá para a prática do assistente social ao fornecer insights aprofundados sobre a dinâmica do trabalho na saúde mental pós-pandemia. Ao

entender melhor as necessidades emergentes, os profissionais podem adaptar suas intervenções de maneira mais eficaz, promovendo a resiliência e a inclusão. Além disso, a pesquisa busca oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais alinhadas às demandas reais da população atendida pelos CAPS.

Este trabalho está organizado em seções que abrangem a revisão da literatura, e pesquisas bibliográficas da contemporaneidade proporcionando uma visão abrangente e detalhada.

2. Evolução Histórica do Papel do Assistente Social na Saúde Mental

Desde sua origem, o trabalho do assistente social na saúde mental tem evoluído em resposta às transformações sociais, políticas e culturais. No início do século XX, a prática do serviço social começou a se consolidar nos Estados Unidos e na Europa, com foco inicialmente em questões relacionadas à pobreza e à marginalização social. A partir da década de 1930, observou-se uma expansão gradual das intervenções do assistente social para incluir o campo da saúde mental. O Decreto n. 24.559, de 03 de julho de 1934, foi um marco legislativo relevante no contexto da saúde mental no Brasil. Este decreto tratava da profilaxia mental, assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, além de estabelecer medidas relacionadas à fiscalização dos serviços psiquiátricos e outras providências. Posteriormente, o Decreto n. 17.185, de 1944, aprovou o regimento do Serviço Nacional de Doenças Mentais do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde

Na década de 1950, com o advento da reforma psiquiátrica, o papel do assistente social na saúde mental assumiu uma abordagem mais centrada no paciente e orientada para a comunidade. A introdução da política de redistribuição para entidades privadas marcou um momento significativo na abordagem da saúde mental tanto pelo Governo do Estado de São Paulo quanto pelo Governo Federal. Essa estratégia, adotada por ambos, resultou na subsequente expansão da rede de hospitais psiquiátricos privados (Barros 1996). Nesse contexto, os assistentes sociais tornaram-se articuladores essenciais na transição dos serviços psiquiátricos tradicionais para modelos de cuidados comunitários.

Durante as décadas de 1970 e 1980, marcaram o início da Reforma da Assistência Psiquiátrica no Brasil, desencadeando um processo histórico caracterizado pela formulação crítica e prática com o objetivo de questionar e propor transformações no modelo asilar então predominante. Nesse contexto, surgiram esforços para combater a exclusão, a cronificação e a violência inerentes ao modelo hospitalocêntrico, buscando alternativas mais humanizadas e integrativas.

A crise financeira no setor previdenciário também desempenhou um papel crucial nesse período, resultante dos gastos significativos com a contratação de hospitais privados, auxílio-doença e aposentadorias relacionadas a distúrbios psiquiátricos (Giordano,1989). Essa conjuntura econômica acentuou a necessidade de revisitar e reformular as práticas de assistência psiquiátrica, questionando a sustentabilidade e os impactos do modelo então vigente. É importante ressaltar que esse processo de transformação não surgiu isoladamente nos anos 70, mas foi precedido por lutas e movimentos no campo da Atenção em Saúde Mental que remontam à década anterior (Costa-Rosa,1987). Essas lutas refletiam uma crescente conscientização sobre a necessidade de abordagens mais humanizadas, inclusivas e eficazes para lidar com questões relacionadas à saúde mental, a ênfase na autonomia do paciente e na participação comunitária ganhou ainda mais destaque.

Os assistentes sociais desempenharam papéis cruciais na promoção da voz e do empoderamento dos usuários dos serviços de saúde mental, advogando por seus direitos e garantindo que suas perspectivas fossem incorporadas no planejamento e implementação dos serviços.

A virada do século XXI trouxe consigo uma compreensão mais holística da saúde mental, reconhecendo a interconexão entre fatores sociais, econômicos e culturais. Em 1987, durante o final da primeira gestão democrática estadual de São Paulo, foi estabelecido o "Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luiz da Rocha Cerqueira (CAPS)". Esse marco representou uma instância intermediária inovadora, situada entre o Hospital Psiquiátrico e o Ambulatório de Saúde Mental. O primeiro CAPS do Brasil seguiu uma trajetória distinta, explorando novas práticas e assimilando conhecimentos de diversas experiências que eram alternativas à Psiquiatria Hospitalocêntrica.

Influenciado principalmente pela Psicoterapia Institucional francesa (Golberg, 1996), e pela Psiquiatria Democrática italiana, o CAPS pioneiro experimentou uma abordagem diferenciada no cuidado em saúde mental. A disseminação dessas práticas teve início com o trabalho pioneiro de Yasui 1989, proporcionando a multiplicação de diversas experiências similares pelo Brasil.

O papel do assistente social na saúde mental passou a ser reconhecido como fundamental na abordagem de determinantes sociais que afetam a saúde mental, tais como desigualdades estruturais, discriminação e acesso limitado a recursos. O Serviço Social na área da saúde reflete uma evolução marcada por desafios e transformações ao longo do tempo. Seu surgimento, ainda incipiente, remete a um período em que a categoria se deparava com a desarticulação no contexto do Movimento da Reforma Sanitária, especialmente notável na década de 90, quando se viu confrontada por pressões privatistas.

Nesse cenário, o assistente social assumiu múltiplas demandas, desde a seleção socioeconômica dos usuários até a fiscalização nos planos de saúde, destacando-se também por sua atuação psicossocial, envolvendo aconselhamento e uma abordagem assistencialista pautada na ideologia do favor.

A regulamentação pela Lei 8.662/1993 desempenhou um papel crucial ao estabelecer parâmetros e diretrizes para a atuação do Serviço Social na saúde.

4º, § IX, constitui-se em atribuição do assistente social: “[...] prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. (BRASIL, 1993)

Essa legislação não apenas conferiu clareza às competências profissionais, mas também consolidou a profissão como parte integrante da divisão social e técnica do trabalho. Sob a concepção de uma profissão crítica, o Serviço Social não apenas se ajusta a demandas pontuais, mas contribui para o esclarecimento das competências dentro da Política de Saúde. Sua presença nas discussões sobre a Reforma Psiquiátrica revela não apenas um campo de trabalho, mas um comprometimento ativo na luta por transformações significativas na abordagem da saúde mental.

Atualmente, o assistente social na saúde mental enfrenta novos desafios em decorrência da pandemia de COVID-19. As práticas estão sendo reavaliadas diante das necessidades emergentes da população, exigindo uma adaptação ágil e criativa para garantir que os serviços prestados sejam eficazes, inclusivos e sensíveis às particularidades do momento.

3. O Papel do Assistente Social na Saúde Mental Pré-Pandemia e impactos Pandêmicos

Antes da pandemia, o papel do assistente social na saúde mental estava fundamentado em funções tradicionais, incluindo a avaliação socioeconômica de usuários, a orientação psicossocial por meio de aconselhamento e a fiscalização em serviços psiquiátricos. O assistente social desempenhava um papel crucial na seleção socioeconômica de usuários, buscando garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde mental. No entanto, desafios como a desarticulação do Movimento da Reforma Sanitária e pressões privatistas impactaram a atuação, exigindo respostas críticas e adaptativas.

As atividades comuns dos assistentes sociais são a avaliação Psicossocial em realizar avaliações detalhadas das condições sociais, econômicas e familiares que impactam a saúde mental do indivíduo; intervenção e aconselhamento, oferecer aconselhamento e intervenções para lidar com questões emocionais, familiares e sociais que afetam a saúde mental; advocacia e promoção de direitos atuar como defensor dos direitos do paciente, promovendo a equidade e a justiça social no acesso aos serviços de saúde mental; coordenação de Serviços, facilitar a integração de diferentes serviços e recursos para atender às necessidades abrangentes dos pacientes; educação e Prevenção, desenvolver programas educacionais e preventivos para comunidades, visando reduzir o estigma e promover a conscientização sobre saúde mental. No entanto, não havia parâmetros para um atendimento à distância comparado ao período pandêmico. Em 2019 teve e continua a ter impactos significativos em nível global, afetando várias dimensões da sociedade. No contexto brasileiro, a crise desencadeada pela pandemia é descrita como a maior crise sanitária e social da geração (Lanza ET.AL,p. 2021). Certamente, os assistentes sociais, como trabalhadores inseridos na divisão sócio-técnica do

8

trabalho e atuantes na produção e reprodução das relações sociais, não ficaram imunes aos impactos da pandemia, “[...] do pressuposto de que o contexto pandêmico reafirmou a determinação social da saúde de que, conforme Souza (2020) só podemos compreender e intervir a partir das relações sociais capitalistas”. (LANZA et. al, 2021, p. 121).

O agravamento da recessão econômica e o aumento das disparidades socioeconômicas tiveram um impacto significativo no bem-estar mental das pessoas, dando origem a sentimentos decorrentes da incerteza em relação à saúde e à subsistência familiar, como medo, e angústia, entre outros. Sob outra perspectiva, profissionais da área da saúde, em particular os assistentes sociais, são chamados a intervir nos cenários de cuidado, seu papel é resguardar os direitos dos indivíduos e facilitar a resolução de suas necessidades, desempenhando um papel ativo no suporte à população inserida em um contexto de calamidade pública.

Art. 2ª A assistência social tem por objetivos: [\(Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011\)](#)

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: [\(Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011\)](#)

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

Quanto às transformações evidenciadas nos processos de trabalho em que os assistentes sociais estão inseridos, é perceptível que essas mudanças resultaram de múltiplos fatores, especialmente considerando o contexto pandêmico. Este contexto impôs aos assistentes sociais a necessidade de adquirir novos conhecimentos, alicerçando assim a prática profissional diante da realidade vivenciada. Tornou-se imperativo que esses profissionais se familiarizassem com protocolos de saúde, medidas de segurança e compreendessem os fluxos migratórios, tanto internacionais quanto domésticos. Além disso, foi necessário um ajuste abrupto às novas normas institucionais nas unidades em que atuavam.

Essa urgência em adquirir novos conhecimentos reflete, primordialmente, a falta de componentes curriculares na formação dos assistentes sociais que abordem adequadamente o cenário de uma crise socioeconômica acentuada e de calamidade pública, conforme destacado por Lanza (et.al,2021). E identifica-se o retrocesso de anos de conquista no âmbito do serviço social, porém dentro desse contexto, é relevante recordar, conforme lamamoto (2004), que o trabalho do assistente social

não se guia por um manual de instruções que delinear um desenvolvimento previsível por meio de um roteiro ou passo a passo para cada intervenção ou contexto. Iamamoto destaca que o trabalho profissional está envolto em desafios, uma vez que cada intervenção é única, demandando estratégias criativas para abordar as manifestações da questão social que se apresentam. Mercuri (2017), destaca que a competência teórico-metodológica é crucial para que o assistente social possa ampliar suas possibilidades de intervenção na realidade. Em outras palavras, somente por meio do conhecimento, em suas diversas etapas (aquisição, manutenção e atualização frequente), é possível subsidiar o trabalho profissional de maneira eficaz e propositiva.

Outro dado relevante a ser destacado é a constatação de que os profissionais da área da saúde enfrentam dificuldades significativas na gestão do seu autocuidado. Essa complexidade decorre das sobrecargas de demandas profissionais, as quais muitas vezes impedem a busca por suporte especializado para atender às suas próprias necessidades.

Identificamos-se de fato, esse desafio enfrentado por profissionais da saúde e da assistência em reservar um tempo para o cuidado consigo mesmos em um momento particularmente delicado, em que muitas pessoas necessitam de apoio. Desta forma, destacamos que os assistentes sociais não param em meio a Covid-19, agiram de acordo com ética profissional mantendo o seu trabalho em sociedade.

3.1 Inclusão como Princípio Norteador no Trabalho do Assistente Social Pós-Pandêmico

Devido as vivências durante a pandemia, muitos problemas mentais surgiram e com isso, principais impactos nos seres humanos que são a de interagir uns com os outros novamente. Dessa forma, foi de extrema importância os assistentes sociais nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), ter a experiência nesse âmbito em saber como intervir no auxílio aos pacientes que já frequentavam e os novos em uma adaptação melhorada diante o contexto. Destaca-se a responsabilidade central do Serviço Social em articular com outros segmentos em defesa do Sistema Único

de Saúde (SUS). Essa articulação é essencial para criar e reforçar estratégias que efetivem o direito social à saúde. O Código de Ética Profissional oferece diretrizes fundamentais para a atuação de assistentes sociais na saúde, incluindo a defesa dos direitos humanos, o compromisso com a equidade e justiça social, a articulação com outras categorias profissionais e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população (Bravo e Matos, 2004).

A importância da articulação entre as equipes profissionais e dos serviços se destaca como ponto crucial para favorecer a efetivação do direito à saúde. Essa abordagem em rede é essencial para instrumentalizar a intervenção profissional, tanto no âmbito individual quanto coletivo, abordando os determinantes sociais do processo saúde-doença (Nogueira; Miotto, 2009).

Nesse contexto, o projeto ético-político da profissão se materializa por meio das ações profissionais desencadeadas pelo Serviço Social ao longo de sua trajetória. Conforme Yamamoto (1999), o projeto profissional se baseia na articulação entre a dimensão macrosocietária – reconhecendo a arena sócio-histórica na qual a profissão se delinea – e as respostas técnico-operativas diante da realidade macrosocietária.

A Lei nº 8.662 de 1993 que dispõe sobre a profissão do/a Assistente Social, no seu artigo 4º, é prerrogativa do assistente social realizar ações características da gestão dos serviços, p. 14 políticas públicas:

I -Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II -elaborar, coordenar, executar e avaliar, planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (CFESS, 2011).

Para assegurar a efetiva implementação da Política de assistência social como um direito legalmente garantido, torna-se crucial sua integração com outras políticas sociais. Dessa forma, a concretização da política de assistência encontra-se na salvaguarda da segurança social primária e da segurança social especial (de complexidade média e elevada), conforme estipulado pela PNAS/SUAS. É imprescindível que essas esferas se conectem às diversas

modalidades de segurança social dentro do panorama de proteções delineadas pela Seguridade Social (CFESS, 2009).

A diversidade de tarefas do assistente social está sujeita às necessidades específicas, abrangendo desde intervenções psiquiátricas simples até o envolvimento em complexas dinâmicas que permeiam as relações entre usuários, suas famílias e os contextos sociais, econômicos e culturais (SILVA et.al, 2015).

No contexto deste objetivo, observamos uma consistência notável ao explorar a evolução histórica das perspectivas relacionadas à saúde mental. A compreensão desse cenário se desenha a partir de uma análise aprofundada, revelando os contornos complexos que moldaram a abordagem da sociedade em relação à saúde mental ao longo do tempo.

O debate em torno da temática da saúde mental emergiu de maneira cada vez mais proeminente no tecido social. Reflexões diversas, provenientes de uma ampla gama de setores da sociedade, têm contribuído para dar visibilidade a essa questão premente. Esse destaque reflete a necessidade urgente de o Estado desenvolver mecanismos abrangentes para enfrentar esse desafio complexo, considerando não apenas a dimensão individual, mas também os aspectos sociais e comunitários.

A sociedade, como um todo, reconhece a importância vital de abordar de maneira efetiva as questões ligadas à saúde mental. Esse reconhecimento não apenas promove a sensibilização, mas também impulsiona a busca por soluções integrativas. Nesse sentido, o Estado assume um papel fundamental ao desenvolver estratégias abrangentes destinadas à prevenção, tratamento e recuperação dos distúrbios mentais. Ao adotar uma abordagem proativa, o Estado contribui para a promoção da saúde e do bem-estar, visando especialmente aqueles diagnosticados com algum tipo de desafio mental. Essas considerações sublinham a interconexão entre o conhecimento histórico e as demandas contemporâneas relacionadas à saúde mental, a evolução dessa perspectiva não é apenas um exercício acadêmico, mas sim um alicerce sólido para a construção de políticas e práticas mais eficazes, visando a uma sociedade mais saudável e resiliente.

Conforme as análises de Dias (2021), as crenças acerca da saúde mental são profundamente moldadas pelo contexto histórico que permeia a construção de cada sociedade, Isso implica que a compreensão da saúde mental não é apenas uma

questão significativa, mas também intrinsecamente vinculada à trajetória histórica de cada comunidade. A partir dessa análise, emergiu a constatação de que uma compreensão profunda sobre o verdadeiro escopo da saúde mental se revelou indispensável. Essa compreensão, por sua vez, desempenhou um papel crucial na formulação de métodos eficazes para lidar com esse desafio complexo e nos impactos que reverberam tanto para aqueles diagnosticados com distúrbios específicos quanto para suas famílias, a interligação intrínseca entre a saúde mental individual e o suporte familiar torna-se evidente, pois a conjuntura que envolve esses indivíduos frequentemente demanda uma rede de apoio sólida e inclusão.

Além disso, ao considerarmos o estigma associado à saúde mental, percebemos que ele se origina da falta de compreensão sobre o tema. Tornando-se cada vez mais evidente como os paradigmas utópicos que predominam na sociedade influenciam a maneira como questões intrinsecamente relevantes são muitas vezes negligenciadas. Isso ocorre devido à natureza muitas vezes invisível dos sintomas desses problemas em comparação com outras questões cotidianas no tecido social. Diante desse cenário, a abordagem desse tema tem se destacado como um meio de trazer maior visibilidade e compreensão sobre a saúde mental. Essa abordagem influencia diretamente como enfrentamos os desafios associados a esse problema e suas diversas manifestações.

A capacitação dos profissionais de saúde mental é um componente crítico na metodologia de inclusão pós-pandemia na atualização constante sobre abordagens inovadoras, tecnologias emergentes e estratégias específicas para lidar com os efeitos psicossociais da pandemia é fundamental. Deve priorizar a formação contínua para garantir a qualidade e eficácia dos serviços na implementação de uma metodologia eficaz requer sistemas sólidos de monitoramento e avaliação e a coleta de dados contínuos permite ajustes dinâmicos conforme as necessidades evoluem. Garantir uma transição eficaz e sustentável para as pessoas em busca de cuidado psicossocial, envolve a utilização de tecnologias para a prestação de serviços remotamente, além da criação de estratégias presenciais seguras. A flexibilidade é essencial para atender às diversas necessidades da população e superar as barreiras impostas pelas restrições sanitárias.

Entretanto, a inovação de novos tratamentos e os impactos resultantes não se limitam apenas aos indivíduos diagnosticados com distúrbios mentais, mas se

estendem às pessoas ao seu redor. Este aspecto reflete a complexidade das interações sociais e a necessidade de uma abordagem holística na compreensão e enfrentamento dos desafios ligados à saúde mental e a inclusão.

METODOLOGIA

Com a delimitação dos fundamentos a serem adotados, o presente estudo direcionou sua orientação teórica para o materialismo histórico dialético. Conforme delineado pelo autor Marx (2002), essa perspectiva representa uma abordagem teórica e metodológica que busca compreender a conjuntura global a partir das vastas transformações na história da existência humana e na estrutura social. Quanto à abordagem de pesquisa escolhida para atingir os objetivos propostos no escopo do estudo, optou-se pelo modelo investigativo exploratório. De acordo com Gil (2019), as pesquisas exploratórias têm como intuito proporcionar uma maior proximidade com a problemática, buscando torná-la mais explícita ou elaborar hipóteses. Nesse sentido, a técnica empregada para orientar a coleta de informações que contribuem para a composição do estudo e inserimos no contexto pós pandêmico. Esta metodologia possibilita uma análise profunda na literatura acerca de uma temática específica. As etapas para sua elaboração, incluíram a delimitação do tema, construção da pergunta norteadora, levantamento de publicações em bases de dados selecionadas, classificação e análise das informações, apresentação dos resultados, e inclusão, análise crítica dos achados e síntese da revisão.

Dessa forma, a pergunta “como as pessoas foram afetadas pela Covid-19? O porque do aumento das demandas? E como melhorar esse quadro novamente?” buscou identificar as consequências do isolamento social na saúde mental e as estratégias de enfrentamento para minimizá-las.

Esta metodologia, alinhada à temática do trabalho do assistente social, visa compreender o impacto do isolamento social nas questões de saúde mental, especialmente no ambiente do Centro de Atenção Psicossocial. A importância da atuação do assistente social na saúde, destacando princípios éticos essenciais, como a defesa intransigente dos direitos humanos, o posicionamento em favor da

equidade e da justiça social, a articulação com outros segmentos profissionais, e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Ressaltam a importância de uma abordagem em rede que favoreça a efetivação do direito à saúde e a instrumentalização da intervenção profissional. Esta perspectiva é vital para o trabalho do assistente social no contexto pós-pandemia, especialmente quando consideramos o ambiente específico do CAPS.

Portanto, neste estudo, ancoramo-nos em referências teóricas que sustentam a atuação do assistente social, especialmente em situações de crise como a pandemia, e buscamos contribuir para uma compreensão mais aprofundada das consequências do isolamento social na saúde mental, assim como das estratégias de enfrentamento utilizadas pelo assistente social no contexto.

RESULTADOS E DISCUSÃO

Segundo Iamamoto, “Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar, efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.” (IAMAMOTO, 2009). Entretanto, é importante destacar a complexidade na efetivação dos direitos dos usuários diante dos inúmeros desafios enfrentados no cotidiano do assistente social. Em algumas situações, o profissional se encontra limitado pelas condições de trabalho precárias, muitas vezes vinculado a contratos temporários e remunerações reduzidas, somadas às dificuldades adicionais provenientes de instituições que carecem dos recursos mínimos indispensáveis para a execução eficaz de suas atividades. Além disso, ao ponderarmos sobre o estigma relacionado à saúde mental, percebemos que sua origem reside na falta de compreensão em relação a esse domínio. Torna-se cada vez mais evidente como os paradigmas utópicos que permeiam a sociedade influenciam a maneira como questões intrinsecamente relevantes não recebem a devida atenção. Isso ocorre, em grande parte, devido à invisibilidade dos sintomas dessas problemáticas aos olhos, em comparação com outras questões presentes no tecido social diário. Desta forma, a abordagem do tema emerge como um agente de visibilidade e compreensão crescentes, impactando diretamente a maneira como

enfrentamos as adversidades associadas a essa problemática e suas variadas manifestações.

Em adição a essas reflexões, é imperativo reconhecer que a desmistificação dos preconceitos ligados à saúde mental é um processo contínuo e desafiador. A desconstrução desses estigmas requer não apenas uma mudança na percepção pública, mas também a redefinição de políticas e práticas sociais. Diante disso, a promoção de ambientes inclusivos e o fomento à educação são essenciais para quebrar as barreiras que perpetuam ideias equivocadas sobre questões de ordem psicológica.

Outro ponto crucial a ser considerado reside na necessidade premente de desenvolver estratégias eficazes de conscientização e educação que alcancem diversos segmentos da sociedade. A disseminação de informações precisas sobre saúde mental, seus desdobramentos e possíveis abordagens terapêuticas, não só desafia concepções equivocadas, mas também promove a empatia e a compreensão mútua. Essas estratégias, quando implementadas de forma abrangente, podem servir como catalisadoras para a mudança cultural necessária.

Além do mais, é crucial enfatizar que a complexidade do cenário atual exige uma análise profunda das estruturas sociais que perpetuam o estigma em torno da saúde mental. As disparidades econômicas, as desigualdades sociais e as limitações de acesso aos serviços de saúde mental contribuem para a perpetuação do estigma. Nesse contexto, a abordagem precisa ser sistêmica, envolvendo a promoção de políticas públicas inclusivas e o fortalecimento dos sistemas de apoio comunitário.

Outra dimensão essencial a ser considerada é o papel ativo da mídia na formação de atitudes e percepções em relação à saúde mental. Uma revisão crítica das representações midiáticas pode contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos prejudiciais e para a promoção de uma narrativa mais inclusiva e respeitosa. A colaboração entre profissionais de saúde mental, jornalistas e outros formadores de opinião é crucial para desenvolver uma abordagem ética e informada sobre o tema e desenvolvimento como as promoções de capacitações profissionais

Finalmente, é imperativo ressaltar que a construção de uma sociedade mais inclusiva em relação à saúde mental requer ações coordenadas em múltiplos níveis.

Desde iniciativas individuais de conscientização até mudanças estruturais em políticas públicas, todos desempenham um papel crucial na transformação desse cenário. A superação do estigma associado à saúde mental é um desafio complexo, mas ao reconhecer a interconexão de fatores sociais, culturais e institucionais, podemos forjar um caminho mais empático e solidário em direção a um futuro mais saudável e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução deste artigo teve como propósito analisar a atuação do Assistente Social na saúde mental, com foco em CAPS , considerando os desafios e limitações enfrentados pelo profissional no contexto pós-pandemia, à luz do Código de Ética da profissão, do projeto ético-político e da Reforma Psiquiátrica. Nesse contexto, verifica-se que o trabalho do Assistente Social na instituição tem se direcionado para a efetivação dos direitos sociais e da cidadania das pessoas com sofrimento mental e seus familiares, adaptando-se às transformações ocorridas no ambiente pós-pandemia.

A pesquisa evidencia que o Serviço Social na saúde mental tem adotado práticas interdisciplinares, integrando-se a equipes multiprofissionais, e destaca-se a relevância do profissional na abordagem das demandas socioassistenciais e na articulação com a rede. No entanto, ressalta-se a necessidade de uma atuação mais ampla do Assistente Social, incorporando seu conhecimento e visão sobre questões sociais no contexto da saúde mental, especialmente diante das complexidades advindas da pandemia.

A profissão desempenha um papel fundamental ao orientar sobre direitos e estimular os familiares dos usuários, especialmente crianças e adolescentes, a reivindicarem uma melhoria na qualidade dos serviços, promovendo a inclusão social pós-pandemia.

A atuação do Assistente Social no CAPS observada durante a pesquisa, revela a importância da profissão na garantia da autonomia e reinserção social das pessoas com transtorno mental em seu território. A prática profissional vai além de ações isoladas, envolvendo-se no complexo contexto da vida cotidiana e respondendo às demandas emergentes, mesmo diante das limitações evidenciadas

no cenário pós-pandemia, o profissional enfrenta desafios significativos, destacando a necessidade de estratégias de articulação em rede. A pesquisa também ressalta a importância da preservação da autonomia profissional do Assistente Social, resguardando a confidencialidade e ética no trato com as informações.

Ao concluir, é fundamental que o Assistente Social na área de saúde mental promova uma prática crítica e propositiva, compreendendo a lógica do trabalho interdisciplinar sem perder as diretrizes éticas da profissão. A pesquisa reitera a importância do profissional na viabilização do acesso aos usuários, incentivando uma atuação comprometida com a inclusão e comprometimento de cuidados com a saúde mental.

REFERÊNCIAS

Barros, S. (1996). **O Louco, a loucura e a alienação institucional: o ensino de enfermagem Sub Judici**. Tese de doutorado não publicada, Escola de Enfermagem, USP, São Paulo.

BRASIL. Decreto 24.559/1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24559.htm. Acesso em de 04 outubro de 2023.

BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio Castro de. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o debate**, 2004. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: Acesso em 17 de outubro de 2023.

Costa-Rosa, A. (1987). **Saúde Mental Comunitária: Análise dialética de um movimento alternativo**. Dissertação de mestrado não publicada, Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.

_____. **Legislação e resolução sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011. P 14

DIAS, Fábio. Saúde Mental – **Aspectos Históricos. Salão Encontro**. Disponível em: https://www.salao_encontro.com/watch?v=4x3jrrKutrk. Acesso em: 03 de dez. 2023. Indexado Scielo/2023.

Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo; Atlas, 2019

Giordano Junior, S. (1989). **A persistência da higiene e a doença mental: contribuições à história das políticas de Saúde Mental no Estado de São Paulo**. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Goldberg, J.I. (1996). **Clínica da Psicose: um projeto na rede pública**. Rio de Janeiro: Te Corá

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LANZA, LÍRIA M. B.; FAQUIN, EVELYN S.; SANTOS, ELIEZER R. DOS; CAMPANUCCI, FABRICIO DA S. S.; CAROLINA C. da SILVA. **Exercício Profissional do (a) Assistente Social**. *Temporalis, Brasília (DF)*, ano 21, n. 41, p. 119-135, 17 de outubro de 2023. ½ ISSN 2238-1856.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I; tradução de Reginaldo Santana, 18 ed.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, V.B. **Resolução CFESS dispõe em Ementa: O Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Caracteriza o Assistente Social como profissional da saúde**. Disponível em: . Acesso em 04 de outubro de 2023

MERCURI. Serviço Social, **Conhecimento e Trabalho: uma reflexão sobre a obra de Iamamoto. I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional Sobre o Trabalho do/a Assistente Social**. Disponível em: Acesso em 17 de outubro 2023

SILVA, Jackeline Araujo; Et al. **O trabalho do assistente social na saúde mental: um olhar a partir da experiência de estágio no CAPS II leste em Teresina-Piauí**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/o-trabalho-do-assistente-social-na-saude-mental-experiencia-de-estagio-no-caps-ii-leste-em-teresina.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Yasui, S. (1989). CAPS: **Aprendendo a perguntar**. In A. Lancetti (org.), *Saúde Loucura 1* (pp. 47-89). São Paulo: Hucitec

